

Prefácio

Henrique Tahan Novaes

Como citar: NOVAES, H. T. Prefácio *in*: PIRES, J. H. S. **Entidades de apoio e comunidades quilombolas: análise sobre o circuito quilombola de turismo comunitário do Vale do Ribeira**. Marília: Oficina Universitária, 2022 p.17-20 DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-319-95.p17-20>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Prefácio

A história das entidades que apoiaram a luta das comunidades quilombolas finalmente ganhou o seu lugar de destaque. A tese de João Henrique Souza Pires – agora na forma de livro - “Entidades de Apoio e Comunidades Quilombolas: Análise sobre o Circuito Quilombola de Turismo Comunitário do Vale do Ribeira (SP)” traz uma contribuição decisiva para a compreensão do papel das Universidades Públicas, ONGs e Órgãos do Estado que participaram ativamente da resistência dos quilombos no Vale do Ribeira e a estruturação de um turismo não mercantilizado.

A pesquisa de Pires se insere num quadro mais amplo de pesquisas sobre a história das universidades públicas, em especial das parcelas dos pesquisadores-extensionistas que estão atuando junto aos movimentos sociais organizados.

O tema de Pires é bastante complexo, pois envolve temáticas como a da propriedade comunal, trabalho em remanescentes de quilombos, papel das universidades públicas e outras esferas do Estado capitalista, e ONGs que de alguma forma atuam na contratendência da reforma do Estado.

Ao redor de tudo isso está a temática central: as possibilidades e as contradições do turismo emancipado, sob controle dos quilombolas, onde o capital não penetra seja através de bancos, empresas de turismo, indústria da aviação, trabalho alienado, hotéis de luxo, e enfim um turismo voltado

para a autovalorização do capital e a alienação das camadas altas, médias e até populares.

Pires nos mostra como as esferas fundamentais da reprodução da vida e do turismo nas comunidades estão nas mãos dos quilombolas: seja a apresentação da história da região, as pousadas, os monitores, etc. etc.

É possível um turismo não mercantilizado no momento em que o capitalismo atinge sua máxima mercantilização? Pires nos mostra que sim, sem deixar de observar os limites e as contradições dessa luta pela autogestão territorial, pela preservação de formas de vida anticapitalistas e de um turismo de base comunitária.

Todas essas dimensões que gravitam em torno das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira obrigaram João Henrique Pires a estudar a história do Brasil, a história da resistência dos negros num país que finge ser uma democracia racial e a história das comunidades do Vale do Ribeira.

Num contexto de avanço destrutivo do capital em todas as regiões do país, felizmente o Vale do Ribeira consegue resistir e as comunidades quilombolas são parte dessa história de resistência à destruição das condições de vida na região.

Afirmo no dia da defesa da tese, após a arguição da banca, que para mim o maior problema em questão é o reconhecimento das terras comunais dos Quilombolas. O levantamento feito por Pires é claríssimo: boa parte das terras quilombolas ainda não foi reconhecida de fato, mesmo tendo respaldo jurídico na Constituição de 1988, inúmeras estratégias têm sido usadas pelas classes proprietárias brasileiras para impedir que a propriedade de fato seja reconhecida.

Cabe destacar que muitas entidades de apoio foram fundamentais não só para estruturar o turismo de base comunitária mas também para reconhecer as Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do

Ribeira, em geral no momento de resistência ao avanço das usinas hidrelétricas na região e de “redemocratização” do país.

Nesse sentido, não pode ser menosprezada a luta das comunidades remanescentes de quilombos pelo seu reconhecimento, autonomia de seus territórios e de seu modo de vida, acompanhado de um sistemático avanço de setores do agronegócio, imobiliário e da mineração sobre as áreas quilombolas.

Por último, mas não menos importante, cabe destacar alguns detalhes do autor desta pesquisa: João Henrique Pires é um dos maiores capoeiristas do Brasil, de fala mansa, gingado rápido, tem formado gerações e gerações no Brasil e fora do Brasil. É um dos responsáveis pela disseminação da capoeira na UNESP de Marília. João Henrique também é uma das lideranças educacionais do Movimento Sem Terra no Estado de São Paulo, num país onde a educação ainda é um privilégio. Formou-se em hotelaria, mas optou por estar sempre ao lado dos explorados, e não caiu na “tentação” de ser mais um trabalhador alienado turismo capitalista.

Se você está interessado na história dos quilombos do Vale do Ribeira, no papel das entidades de apoio aos quilombos, na autogestão territorial e no turismo de base comunitária, leia esta bela contribuição de João Henrique Souza Pires, que tive o prazer de orientar e obviamente conviver com ele nas lutas de capoeira acadêmicas para se construir uma tese.

Henrique Tahan Novaes

23 de maio de 2022

